

AHGORA SISTEMAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

AHGORA SISTEMAS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Aghora Sistemas S.A.
Florianópolis - SC

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Aghora Sistemas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aghora Sistemas S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, e conseqüentemente não emitimos opinião sobre elas. Além disso, nossas análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2015, conforme determina a NBC TA 510 - Trabalhos iniciais, saldos iniciais não nos possibilitaram obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre se os saldos iniciais contêm distorções que possam afetar de forma relevante as demonstrações contábeis do exercício corrente. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se os saldos finais do período anterior foram corretamente transferidos para o período corrente ou, quando apropriado, se foram corrigidos, nem se os saldos iniciais refletem a aplicação de políticas contábeis apropriadas, assim como não pudemos nos assegurar das adequadas divulgações para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 30 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SC 000202/F-1


Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 -S- SC


Dioclécio Oechsler
Contador CRC SC 23.520/O-9

AHGORA SISTEMAS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (não auditado)

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota	2016	2015 (não auditado)		Nota	2016	2015 (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.034	410	Fornecedores		417	103
Contas a receber de clientes	4	3.251	2.820	Empréstimos e financiamentos	11	447	1.049
Estoques	5	1.302	1.051	Partes relacionadas	12	340	580
Impostos a recuperar	6	96	237	Obrigações sociais e trabalhistas	13	918	605
Outras contas a receber	7	271	286	Obrigações tributárias	14	1.118	990
Despesas antecipadas		29	26	Outras contas a pagar		81	28
		<u>13.983</u>	<u>4.830</u>	Dividendos a distribuir	16	873	39
				Receitas diferidas		41	-
				Total do passivo circulante		<u>4.235</u>	<u>3.394</u>
Não circulante				Não circulante			
Despesas antecipadas		6	17	Empréstimos e financiamentos	11	87	160
Investimentos	8	89	67	Obrigações tributárias	14	2.232	2.593
Imobilizado	9	1.590	1.046	Provisão para litígios	15	115	74
Intangível	10	1.929	870	Total do passivo não circulante		<u>2.434</u>	<u>2.827</u>
		<u>3.614</u>	<u>2.000</u>				
				Patrimônio Líquido	16		
				Capital social		11.346	1.346
				Reserva legal		-	70
				Prejuízos acumulados		(418)	(807)
				Total do patrimônio líquido		<u>10.928</u>	<u>609</u>
Total do Ativo		<u><u>17.597</u></u>	<u><u>6.830</u></u>	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u><u>17.597</u></u>	<u><u>6.830</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AHGORA SISTEMAS S.A.

Demonstrações de resultados

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (não auditado)

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015 (não auditado)
Receita operacional líquida	20	14.059	12.576
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		(4.678)	(4.159)
Lucro bruto		9.381	8.418
Receitas/(despesas) operacionais		(6.328)	(4.384)
Despesas comerciais		(3.342)	(1.119)
Despesas gerais e administrativas		(1.396)	(2.176)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.589)	(1.090)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		3.053	4.033
Resultado Financeiro Líquido	21	(377)	(858)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		2.676	3.175
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	(1.384)	(1.038)
Lucro líquido do exercício		1.292	2.137

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AHGORA SISTEMAS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (não auditado)

(Em milhares de Reais)

	2016	2015 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	<u>1.292</u>	<u>2.137</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.292</u>	<u>2.137</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:		
Acionistas da Companhia	1.292	2.137
Não controladores	-	-
	<u>1.292</u>	<u>2.137</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AHGORA SISTEMAS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	600	1.191	-	(566)	1.225
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.137	2.137
Aumento de Capital	746	(537)	-	-	209
Constituição de reserva legal	-	-	70	(70)	-
Constituição de reserva de capital	-	-	-	(388)	(388)
Distribuição de lucros aos sócios	-	-	-	(365)	(365)
Reclassificação AFAC	-	(654)	-	-	(654)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	(1.555)	(1.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	1.346	-	70	(807)	609
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.292	1.292
Absorção de prejuízos	-	-	(70)	70	-
Aumento de capital	10.000	-	-	-	10.000
Distribuição aos sócios de exercícios anteriores	-	-	-	(973)	(973)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	11.346	-	-	(418)	10.928

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AHGORA SISTEMAS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (não auditado) (Em milhares de Reais)

	2016	2015 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.292	2.137
Itens que não afetam o caixa operacional		
Créditos Vencidos e Não Liquidados	8	1.636
Provisão para Litígios	41	74
Depreciações e amortizações	209	169
	<u>1.550</u>	<u>4.016</u>
Redução/(aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(398)	(1.843)
Estoques	(251)	278
Impostos a recuperar	140	(6)
Adiantamento a terceiros	17	2
Adiantamento a Funcionários	5	(26)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(1.943)
Redução Outros Créditos	8	(42)
Outras contas a receber	(6)	10
	<u>(485)</u>	<u>(3.570)</u>
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	314	(477)
Obrigações trabalhistas e sociais	313	(31)
Obrigações tributárias	36	(145)
Parcelamentos dos Impostos	(269)	1.815
Outros passivos circulantes e não circulantes	52	(53)
	<u>446</u>	<u>1.109</u>
Recurso líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.511</u>	<u>1.555</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições/Baixas de Investimento	(24)	(22)
Redução/(aumento) no imobilizado	(744)	(243)
Redução/(aumento) no ativo intangível	(1.065)	(611)
Recurso líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.833)</u>	<u>(876)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	(1.191)
Aumento de capital social	10.000	746
Empréstimos e financiamentos	556	1.476
Amortização de Empréstimos	(1.230)	(1.762)
Partes Relacionadas	(240)	580
Distribuição de resultados	(140)	(327)
Recurso líquido gerado pelas(aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>8.946</u>	<u>(478)</u>
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.624</u>	<u>201</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	410	208
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.034	410
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.624</u>	<u>201</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Ahgora Sistemas S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 07 de agosto de 2006, sediada na Rodovia José Carlos Daux - SC 401, nº 8600, Bairro Santo Antônio de Lisboa em Florianópolis, Santa Catarina e atua no Mercado de Human Capital Management, especificamente no segmento de gestão de presença. Com sua Solução desenvolvida por meio de tecnologia IOT (internet of things) e arquitetada em nuvem, a Companhia se posiciona no mercado com uma alternativa Premium, de modo que, suas soluções permitem que seus clientes gerenciem operações simples, como também operações complexas de controle de acesso, presença de pessoas em empresas. Além dessas características a solução atende plenamente as demandas legais impostas pelo Ministério do Trabalho (Portaria 1.510 e Portaria 373).

A robustez de sua plataforma tecnológica, aliada a flexibilidade do modelo Cloud/IoT diferencia a Companhia e permite que sua solução seja utilizada tanto por clientes com necessidades básicas de gestão, como por aqueles com ambientes complexos de gerenciamento de recursos humanos, como por exemplo, empresas multi-site e com força de trabalho volante.

A Companhia atua basicamente em 3 fontes principais de receita: Venda de Relógios de Ponto e Catracas de Acesso, Licenciamento de Software e Locação de Equipamentos, sendo estas 2 últimas responsáveis pela Receita Recorrente da empresa.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2017 e serão posteriormente ratificadas pela assembleia de quotistas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, intangível, provisões e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, quando aplicável. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não-derivativos que são classificados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não-circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente ('impairment').

Valor justo

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ('impairment'). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por 'impairment' desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

2.2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

2.2.4. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.2.5. Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido, quando aplicável.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.2.6. Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, direito de uso e contratos de programas. A amortização é calculada pelos prazos de vida útil. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao impairment test.

2.2.7. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.2.9. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ('pro rata temporis').

2.2.10. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador bem como seja provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados

As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

Não há condições estabelecidas a serem cumpridas pela Companhia que pudesse afetar o reconhecimento da receita no resultado do exercício.

2.2.11. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro presumido. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são recolhidos trimestralmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

2.2.12. Mudanças em práticas contábeis

- a) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- b) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Companhia., uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015 (Não auditado)
Bancos conta movimento	3	27
Aplicações financeiras	9.031	383
	<u>9.034</u>	<u>410</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Não auditado)
(Em milhares de Reais)

4. Contas a receber de clientes

	2016	2015 (Não auditado)
Contas a receber de clientes	4.291	4.456
Serviços a faturar	604	-
(-) Provisão para Estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(1.644)	(1.636)
	<u>3.251</u>	<u>2.820</u>

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

Consequentemente, a Provisão para Estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Demonstramos abaixo a movimentação da Provisão para Estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	2016	2015 (Não auditado)
Saldo no início do ano	1.636	-
Adições	8	1.636
Baixas	-	-
Saldo no final do ano	<u>1.644</u>	<u>1.636</u>

5. Estoques

	2016	2015 (Não auditado)
Produtos acabados	236	373
Mercadoria para Revenda	35	56
Matérias primas	823	601
Outros	208	21
	<u>1.302</u>	<u>1.051</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Não auditado)
(Em milhares de Reais)

6. Impostos a recuperar

	2016	2015 (Não auditado)
IPI a recuperar	78	73
PIS a recuperar	4	-
COFINS a recuperar	14	-
IRRF a recuperar	-	22
INSS a recuperar	-	142
	<u>96</u>	<u>237</u>

7. Outras contas a receber

	2016	2015 (Não auditado)
Adiantamentos de férias	27	39
Adiantamentos a funcionários	6	-
Adiantamentos a fornecedores	166	83
Adiantamentos de Importação	33	134
Outros	39	30
	<u>271</u>	<u>286</u>

8. Investimentos

	2016	2015 (Não auditado)
Cotas de capital - Credifiesc	75	56
Cotas de capital - Unicred	14	11
	<u>89</u>	<u>67</u>

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2016	2015 (Não auditado)
Computadores e periféricos	20	292	120
Equipamentos em locação	10	986	794
Imobilizado em andamento	-	13	9
Máquinas e equipamentos	10	87	87
Móveis e utensílios	10	150	148
Veículos	20	541	171
Telefones	20	12	6
(-) Depreciação acumulada		(491)	(289)
Total do imobilizado líquido		<u>1.590</u>	<u>1.046</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Não auditado)
(Em milhares de Reais)

Demonstramos abaixo a movimentação do ativo imobilizado para o exercício de 2016:

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	2015 (Não auditado)	Aquisições	Baixas	Depreciação	2016
Computadores e periféricos	75	174	-	(33)	216
Equipamentos em locação	658	192	(2)	(88)	760
Imobilizado em andamento	9	4	-	-	13
Máquinas e equipamentos	68	-	-	(9)	59
Móveis e utensílios	125	2	-	(15)	112
Veículos	106	371	-	(57)	420
Telefones	5	6	-	(1)	10
	<u>1.046</u>	<u>749</u>	<u>(2)</u>	<u>(203)</u>	<u>1.590</u>

A administração da Companhia analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação sugeridos na legislação vigente.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

10. Intangível

	Taxas anuais de amortização	2016	2015 (Não auditado)
Software ou Programas de Computador	20	164	34
Projeto REP AH30	-	1.576	814
Projeto Mobile	-	187	24
Projeto UNIAHGORA	-	15	-
Outros	-	2	-
(-) Amortização acumulada		(15)	(2)
Total do intangível líquido		<u>1.929</u>	<u>870</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Não auditado)
(Em milhares de Reais)

Demonstramos abaixo a movimentação do intangível para o exercício de 2016:

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	2015 (Não auditado)	Aquisições	Baixas	Depreciação	2016
Software ou Programas de Computador	32	130	-	(13)	149
Projeto REP AH30	814	762	-	-	1.576
Projeto Mobile	24	163	-	-	187
Projeto UNIAHGORA	-	15	-	-	15
Outros	-	2	-	-	2
	<u>870</u>	<u>1.072</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>1.929</u>

Natureza dos intangíveis

Os intangíveis gerados internamente são provenientes dos desenvolvimentos de produtos e serviços voltados às atividades da Companhia em fornecer soluções de gestão e controles de pontos eletrônicos, além de atender as novas exigências legais das portarias MTE-1510/2009 – Portarias INMETRO: 595/2013, 480/2011 e 494/2012. Os projetos são compostos por Hardware com Software embarcado e aplicativos WEB e são registrados pelo custo de aquisição ou formação.

- Projeto REP AH30: o intangível é composto por valores alocados no projeto que estão relacionados à folha de pagamento e serviços tomados;
- Projeto Mobile: são valores oriundos da utilização de serviços de uma empresa terceirizada especializada em apps mobile;
- Projeto UNIAHGORA: são valores adquiridos de terceiros, sendo que o projeto visa automatização da prestação de serviços de treinamento em EAD (Ensino a Distância), atualmente este serviço é prestado somente "in loco".

Análise do valor recuperável de ativos

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Não auditado)
(Em milhares de Reais)

11. Empréstimos e financiamentos

Instituição	Modalidade	Taxas	2016	2015 (Não auditado)
Banco do Brasil	Giro Capital	1,986 a.m.	-	98
Banco do Brasil	Giro Capital	2,4 a.m.	171	358
Banco do Brasil	Giro Capital	2,251 a.m.	40	93
Caixa Econômica Federal	Giro Caixa	1,16 a.m.	7	45
Caixa Econômica Federal	Giro Caixa	0,4074 a.m.	41	72
Credifiesc	Giro	1,87 a.m.	183	249
BNDES	PED 5305064	0,92 a.m.	27	43
BNDES	PED 3606255	0,86 a.m.	2	9
BNDES	PED 3514600	0,86 a.m.	1	6
Finimp	185125	6,178 a.a.	62	-
Outros Empréstimos			-	236
Total			534	1.209
Circulante			447	1.049
Não circulante			87	160

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos. Adicionalmente, foram cedidos bens da Companhia em garantia desses empréstimos.

Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2016 não possuem cláusulas restritivas de manutenção de indicadores econômico-financeiros, bem como não ocorreram neste exercício operações com derivativos ou que possuam exposição à variação cambial.

12. Partes relacionadas

12.1. Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria com 4 integrantes.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Não auditado)
(Em milhares de Reais)

12.2. Saldos com partes relacionadas

Os saldos entre partes relacionadas decorrem, substancialmente, de operações com a Companhia as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Passivo não circulante	
	2016	2015 (Não auditado)
Mútuo - Ricardo Prass Monteiro	208	350
Mútuo - Fábio Ferrari	132	230
	<u>340</u>	<u>580</u>

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	2016	2015 (Não auditado)
Salários a pagar	231	108
INSS a recolher	142	48
FGTS a recolher	37	23
Provisão de férias	446	372
Outras obrigações	62	54
	<u>918</u>	<u>605</u>

14. Obrigações tributárias

	2016	2015 (Não auditado)
ICMS a recolher	21	7
PIS a recolher	2	7
COFINS a recolher	10	89
IRPJ a recolher	244	207
CSLL	104	78
IRRF	4	-
ISS a recolher	19	14
IRRF S/ Trabalho Assalariado	67	33
Contribuição Retida a Recolher	1	1
Parcelamentos tributários (a)	2.878	3.147
	<u>3.350</u>	<u>3.583</u>
Circulante	1.118	990
Não circulante	2.232	2.593

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Não auditado)
(Em milhares de Reais)

Demonstramos abaixo a composição dos parcelamentos tributários:

14.1. Parcelamentos tributários

	2016	2015 (Não auditado)
Parcelamento 10983-401.006/15-22 (a)	198	239
Parcelamento 10983-402.717/14-33 (a)	455	567
Parcelamento 11516-72544/2015 - 44 (a)	929	1.046
Parcelamento 1328172 (b)	230	220
Parcelamento REFIS	1.066	1.075
	<u>2.878</u>	<u>3.147</u>

- (a) Estes parcelamentos incluem competências em atraso dos seguintes tributos Federais: Cofins, IRPJ, CSLL, IRRF, Contribuição Previdenciária 2991 e PIS;
(b) Este parcelamento inclui competências em atraso de INSS.

Demonstramos abaixo o cronograma de vencimento dos parcelamentos tributários:

	2016
2017	647
2018	639
2019	558
2020	304
2021	84
2022 em diante	646
	<u>2.878</u>

15. Provisão para litígios

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, entende que existem probabilidades de perdas prováveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de julgamento e a experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Não auditado)
(Em milhares de Reais)

Demonstramos abaixo a abertura por natureza dos processos com probabilidade de perda “provável” para os quais foi constituída provisão para contingências:

	2016	2015
Cíveis	58	25
Trabalhistas	57	49
Tributárias	-	-
	<u>115</u>	<u>74</u>

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para litígios:

	2016	2015
Saldo Anterior	74	-
(+) Adições	41	74
(-) Baixas	-	-
Saldo Final	<u>115</u>	<u>74</u>

16. Patrimônio Líquido

16.a. Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreu um aumento de capital no montante de R\$ 10.000.000 com o ingresso do acionista Fundo Capital Tech II - Fundo de Investimentos.

Dessa forma, o capital social da Companhia está dividido em 2.104.613 (dois milhões, cento e quatro mil, seiscentos e treze) ações nominais, o qual monta R\$ 11.346.249 (onze milhões, trezentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais), representando a totalidade do capital social da Companhia.

16.b. Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

16.c. Reserva de Resgate das Ações Preferenciais

Constituída como destinação de 30% do lucro de acordo com o estabelecido no artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações (alterado pela Lei nº 11.638, de 2007).

16.d. Dividendos

A Companhia registra o montante de R\$ 973 na rubrica dividendos a distribuir, no passivo circulante, relativo a dividendos originados em exercícios anteriores e que serão pagos aos acionistas por ocasião do recebimento de certos créditos de contas a receber vencidos.

17. Seguros (Não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre a base de cálculo após a presunção (8% sobre vendas e 32% para serviço) sendo acrescido do adicional de IRPJ de 10% do valor que exceder 60.000,00 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre a base de cálculo após a presunção (12% sobre vendas e 32% para serviço).

O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (IOF).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Não auditado)
(Em milhares de Reais)

A seguir, demonstramos a composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos:

	2016	2015
IRPJ		
Receita bruta sujeita a 8%	5.183	5.874
Lucro presumido 8%	415	470
Receita bruta sujeita a 32%	9.745	7.702
Lucro presumido 32%	3.118	2.465
Base lucro presumido IRPJ	3.533	2.935
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	553	127
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	4.086	3.062
IRPJ 15%	613	459
IRPJ adicional 10%	385	282
Total a pagar IRPJ	<u>998</u>	<u>741</u>
CSLL		
Receita bruta sujeita a 12%	5.183	5.874
Lucro presumido 12%	622	705
Receita bruta sujeita a 32%	9.745	7.702
Lucro presumido 32%	3.118	2.465
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	553	127
Base de cálculo da CSLL	4.294	3.296
CSLL 9%	386	297
Outros	-	-
Total IRPJ e CSLL	<u>1.384</u>	<u>1.038</u>

19. Instrumentos financeiros

19.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

19.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

19.3. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do 'hedge' das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

19.4. Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento da carteira e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

19.5. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

19.6. Risco de mercado

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Não auditado)
(Em milhares de Reais)

20. Receita operacional líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Demonstramos abaixo a conciliação da receita bruta e líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015 (Não auditado)
Receitas		
Vendas de produtos	5.464	6.365
Prestação de serviços	9.846	7.702
	15.310	14.067
Deduções		
(-) Devoluções	(244)	(457)
(-) ICMS	(268)	(374)
(-) ICMS substituição tributária	(1)	-
(-) ISS s/prestação de serviços	(169)	(141)
(-) PIS	(95)	(86)
(-) COFINS	(436)	(396)
(-) IPI	(38)	(37)
Receita líquida operacional	14.059	12.576

21. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015 (Não auditado)
Juros recebidos	50	45
Rendimentos de aplicações financeiras	435	14
Variação cambial / Monetária	34	51
Outras Receitas	38	20
Receitas financeiras	557	130

	2016	2015 (Não auditado)
Variações Cambiais passivas	(53)	(286)
Descontos concedidos	(76)	(132)
Despesas bancárias	(73)	(90)
Juros pagos	(682)	(451)
Outras Despesas	(50)	(29)
Despesas financeiras	(934)	(988)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(377)	(858)